



Experiência

Centro de Informática, Cidadania e Produção Cultural para Minorias – CIPRO

Ministério do Trabalho e Emprego

Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro

Responsável:

Rinaldo Gonçalves de Almeida

Equipe em ordem alfabética: Ademar Rodrigues; Ailton Guimarães Caetano; Aline Matheus Tavares; Anderson Guimarães de Oliveira; Beatriz Soares; Daniel dos Anjos; Daniel Rangel; Edmilson Simão; Geny Gomes de Lannes; Giovanni Narcisi; Gilberto dos Santos; João Batista; Joel dos Santos Mariano; Lana Ramôa; Luiz Marcelo Alves da Silva; Marcela da Silva Mendes; Márcia Florêncio; Márcia V. Vieira; Maria da Glória; Loureiro Silvestre; Napoleão Brasil; Raphael Rodrigo; Sebastião Elias; Sheila Furtunato; Sônia Rainha; Terezinha de Jesus Souto do Amaral; Vanilda Porto Sereno.

Endereço: Av. Pres. Antônio Carlos. 251, sala 1225, Centro
20020-010 – Rio de Janeiro – RJ
Telefax: 0xx21 – 212-9460
cipro.drtrj@mte.gov.br

Data de início da implementação da experiência:

Maio de 1999

Relato da situação anterior à introdução da inovação – Problemas que se pretendia resolver

Pessoas se dirigiam à DRT/RJ para receberem o seguro desemprego e cobravam da instituição uma participação mais ativa em sua luta por uma nova colocação. No passado nos limitávamos a encaminhá-los ao SINE, órgão do Governo do Estado que possui um balcão de empregos. Parte destas pessoas possui baixa qualificação e, com a globalização da economia, várias de suas profissões anteriores estão desaparecendo. Neste processo, passam a ser discriminadas pelas empresas, entrando num ciclo vicioso de difícil solução.

Outros nunca chegaram a trabalhar com carteira assinada e são os mais discriminados pelo mercado. São usuários da DRT no serviço de consulta trabalhista, onde vêm reclamar por direitos não pagos pelo empregador ou quando se dirigem a um Núcleo criado nesta DRT com o objetivo principal de combater a discriminação. Estas últimas o fazem porque além de pouco qualificadas, vêm suas chances de obterem um trabalho digno diminuídas por sua condição pessoal, por serem negros, mulheres, deficientes físicos, portadores do vírus da AIDS, etc. Em resumo, o problema que pretendemos enfrentar é o da EXCLUSÃO SOCIAL.

Descrição do projeto inovador

Objetivos:

- Contribuir para que pessoas discriminadas pelo mercado obtenham trabalho digno e geração de renda, resgatando assim sua cidadania;
- Combater a discriminação através da qualificação profissional, priorizando iniciativas com reais possibilidades de geração de renda; e
- Apoiar os indivíduos participantes do projeto, através de uma infra-estrutura que os permita praticarem aquilo que aprenderam e que os auxilie em sua inserção no mercado de trabalho.

Diante do tamanho do desafio, o projeto se baseou sempre na articulação de parcerias. Entendemos que o papel do Estado seja principalmente o de articulação e motivação dos agentes sociais. Desde sua fundação, a administração do CIPRO é feita conjuntamente pelas seguintes organizações não governamentais: Grupo Cultural Afroreggae (comunidade de Vigário Geral), Grupo Pela Vidda (portadores do HIV), Associação de Moradores de Campos Elísios (área carente do Município de Duque de Caxias), AMAMU – Associação de Mulheres e Amigos do Morro do Urubu (comunidade carente localizada na região norte da cidade), Bicuda Ecológica (uma instituição que luta pela preservação da Serra da Bicuda, na Zona Norte da cidade) e o Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Turma da Amizade (associação que trabalha com populações excluídas através de atividades esportivas e ligadas ao carnaval). O CDI (Comitê Pela Democratização da Informática) e o CIAPI (Campus Internacional da Formação) são duas ONGs com larga experiência em cursos de qualificação e também participam do projeto no suporte pedagógico e material.

A idéia surgiu de um grupo de servidores que freqüentemente organizavam eventos com o intuito de aproximar a DRT/RJ dos diversos agentes da sociedade. Nos eventos, esta interação se restringia aos dias do evento. Ansiava-se por uma interlocução permanente com estes agentes sociais.

Em outubro de 98, ao final do II Fórum de Debates Sobre do Trabalho Infantil, lançamos a proposta e convidamos as ONGs e pessoas interessadas a participarem de reuniões semanais em nossa instituição, onde o projeto passaria a ser construído a partir das visões e dos desejos não do governo, mas das pessoas que possuem a prática e a convivência com a exclusão social. Estas reuniões semanais vêm acontecendo até hoje, sempre às segundas feiras, a partir das 11 horas e continuam abertas a possíveis interessados.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 1999, definiu-se que o combate à exclusão se daria através da qualificação profissional e que os primeiros cursos a serem oferecidos seriam de informática básica. Definiu-se também que a sede do projeto seria numa sala de 30 m2 do prédio da DRT/RJ. A seleção dos primeiros alunos e a escolha dos instrutores estaria a cargo das entidades comunitárias parceiras.

O empréstimo dos primeiros computadores e o treinamento dos instrutores ficou a cargo do CDI (Comitê Pela Democratização da Informática). As atividades anteriores ao lançamento formal do projeto ocorreram entre março e maio de 1999.

No dia 28 de maio, em solenidade que contou com diversas autoridades, inclusive o Ministro de Estado do Trabalho, Dr. Francisco Dornelles, este esforço conjunto gerou seus primeiros frutos com o início das 4 primeiras turmas de informática.

Clientela visada

Desempregados com ou sem seguro-desemprego. Pessoas discriminadas pelo mercado de trabalho.

A participação dos servidores se dá em variados níveis, exercendo funções como coordenação geral e motivação dos parceiros, seleção de pessoas desempregadas com seguro-desemprego, seleção de pessoas discriminadas por raça, gênero, etc., apoio administrativo, suporte em informática, manutenção, limpeza e segurança da sala. Além disto, alguns servidores são instrutores voluntários de cursos regulares, tais como informática básica e produção cultural. Vale ressaltar que servidores e funcionários terceirizados pouco qualificados (serventes e seguranças), assim como seus familiares, também são beneficiados pelo projeto.

Participação da clientela, mecanismos de transparência, responsabilidade e *accountability*

Os mais participativos alunos de informática básica foram selecionados para serem os administradores da sala. Eles se revezam em turnos semanais, sendo responsáveis pela abertura e fechamento da sala, pelo atendimento ao telefone e pelo controle do acesso e da utilização dos computadores. Em contrapartida, eles recebem um curso de HTML, a linguagem de construção de páginas na *Internet*. A remuneração destes administradores virá das *home pages* que estes alunos já estão construindo.

Todas as decisões relativas ao projeto são tomadas pelo grupo de coordenadores que se reúnem às segundas-feiras. Estas decisões, após serem anotadas no livro de atas, deverão ser ratificadas pela reunião de administradores que acontece às quartas-feiras. Os coordenadores são representantes das entidades parceiras que vem se reunindo desde o início do projeto.

Adequação aos critérios

Todos os alunos do projeto preenchem, ao final de cada curso, uma pesquisa de satisfação anônima, dando notas para diversos problemas levantados. Estes indicadores são fechados a cada ciclo de três meses e comparados com os ciclos anteriores. Em função dos resultados, são realizadas ações corretivas. Existe também uma caixa de sugestões e reclamações disponível para uma eficiente comunicação com nossa clientela.

A partir de uma solicitação de utilização dos computadores fora do horário de aula, definimos que, sempre de 12 às 14 horas, a sala estaria aberta para laboratório. Deve-se enfatizar que ex-alunos poderão usar o laboratório enquanto o projeto existir.

Obstáculos

A maior dificuldade encontrada é o projeto não possuir recursos financeiros. A solução criada foi uma aposta radical no conceito da auto-regulação: desde o início as pessoas envolvidas sabem que o projeto oferece suas instalações para que a pessoa gere sua renda de forma autônoma, mas que não pode pagar pelos serviços prestados. Por outro lado, tentamos criar mecanismos para que as pessoas que recebem algum curso no CIPRO dêem para o projeto alguma contrapartida. O caso mais concreto deste esforço é o dos administradores, pessoas que pelo trabalho prestado recebem cursos mais elaborados.

Em função disto, os instrutores são geralmente ex-alunos que se destacaram e que se percebem desejosos de se desenvolverem na profissão de instrutores.

Além disto, as pessoas que trabalham pelo projeto possuem acesso prioritário às máquinas e preferência nos novos cursos oferecidos.

Nossa maior dificuldade é que diversos alunos e até professores por vezes se vêem impossibilitados de uma maior presença por não possuírem o dinheiro do transporte.

Para contornar este problema enviamos uma solicitação de auxílio à Secretaria Estadual de Trabalho para que alguns dos nossos alunos possam receber alimentação e vale-transporte e

que os instrutores possam receber uma ajuda de custo. Estamos no momento aguardando a resposta.

Recursos utilizados

O projeto CIPRO não dispõe de recursos financeiros. Os recursos humanos são diversos. Da parte da DRT/RJ, um servidor se dedica quase que exclusivamente à coordenação do projeto. Temos ainda um estagiário contratado que oferece aulas de informática básica e que coordena os horários de laboratório assistido. Outro servidor também é instrutor voluntário de informática. Outros servidores se envolvem nas diversas formas relatadas no item 3 (participação dos Quadros Técnicos). Da parte das entidades não governamentais envolvidas possuímos 8 instrutores, 12 administradores e 6 coordenadores.

Os recursos materiais envolvidos são: uma sala de 30 m², no Centro do Rio de Janeiro, com ar condicionado, 1 telefone, mesas, cadeiras, armário, 5 computadores, sendo 2 do tipo 486 e 3 do tipo 386. Em dezembro de 1999 o Ministério da Justiça, em parceria com a Fundação Banco do Brasil cedeu ao projeto mais 5 computadores de última geração, 1 impressora, um aparelho de fax e 1 *scanner*.

Situação Atual

Resultados alcançados nos 12 primeiros meses: 116 alunos treinados em informática básica, 20 alunos treinados em produção cultural, 33 alunos treinados em gestão social, capacitação de 10 instrutores e de 3 técnicos em manutenção. Cursos atualmente em andamento:

Pintando o 7 na *Internet* (crianças de 7 a 11 anos), Incubadora Social (Implementação de Projetos), Plano & Projetos (Elaboração de um Plano de Negócios), Administrando Sonhos (Administração de Projetos), Empresa Virtual (Curso de Construção de *Home Pages*), Criando_meu_evento.com/talento (Produção Cultural), Jovens na URUBUNET (Informática para Jovens da Comunidade do Morro do Urubu), Clicando de 15 a 30 anos (Informática para Jovens), Clicando dos 30 aos 45 (Informática para adultos), Clicando acima dos 45 (Informática para a Maioridade). Além disto temos horários para laboratório. Parte deste horário é assistido por um estagiário.

Mecanismos de Avaliação

Provas Quantitativas para os alunos, controle de frequência, pesquisas de satisfação ao final de cada curso.

Indicadores: Existem até o momento 4 indicadores que são levantados a cada trimestre (ciclo) e comparados com os anteriores.

Indicadores	Jun-Ago/99	Set-Nov/99	Dez-Fev/00	Mar-Jun/00
Nível de Frequência dos Alunos	80%	83,8%	89,5%	85,4%
Nível de Aproveitamento Individual	58%	77,2%	75,8%	63,6%
Nível de Aproveitamento Geral	71%	94,4%	92,8%	43,8%
Nível de Satisfação dos Alunos	68%	83,6%	74,0%	88,7%

Em função das informações obtidas pelos indicadores, ações gerenciais são propostas. Por exemplo: no indicador de satisfação dos alunos do 4º ciclo, os maiores problemas levantados foram o nivelamento entre os alunos e o acesso ao curso. Em função da primeira questão, a partir do 5º ciclo as turmas de informática básica foram segmentadas por idade: de 15 a 30 anos, de 30 a 45 e de maiores de 45 anos. Para o problema de dificuldade de acesso, conforme já relatado, foi encaminhado à Secretaria Estadual de Trabalho um projeto reivindicando recursos de vale-transporte e alimentação para os alunos.

Melhora do Ambiente de Trabalho

Além de todos os resultados quantitativos alcançados, o maior ganho qualitativo observado é, sem dúvida, uma mudança no ambiente da DRT. Servidores das mais diversas divisões se mostram prestativos e solícitos quando alguma ajuda é necessária. Recentemente precisamos fazer uma extensão na linha telefônica e o trabalho foi feito de maneira improvisada por um dos alunos, com o intuito de resolver rapidamente o problema. O responsável pela telefonia, um senhor de 60 anos, que é ex-aluno, esteve no projeto para praticar o que havia aprendido e se sentiu enciumado pelo fato de não termos recorrido à sua ajuda. Isto, de maneira geral, não é um fato habitual no serviço público. Os servidores que, de alguma forma participam da montagem do projeto, se sentem um pouco “pais da criança”. Desde os instrutores voluntários, passando pelos seguranças, faxineiros, ou pela copeira que fornece o café, todos se solidarizam com a iniciativa, não só por concordarem com a proposta, mas porque, para vários deles, esta é a única possibilidade não só de aprender informática mas também de poderem praticar estes novos conhecimentos.

No início do projeto muitos temiam a entrada de favelados em nosso ambiente de trabalho. Eram inclusive apelidados de AR-15, fazendo uma referência ao fuzil automático preferido pelos traficantes. Este sentimento de desconfiança também era vivido pelos alunos carentes, ou alguns que pela primeira vez entravam no suntuoso prédio do Ministério do Trabalho. Era visível o constrangimento e a insegurança dos alunos das primeiras turmas. Esta realidade vem se alterando a cada mês, muito porque vários alunos das primeiras turmas são hoje os administradores e instrutores do projeto. Após 1 ano de convivência, sem qualquer incidente ocorrido, hoje podemos dizer que os servidores da DRT/RJ, as comunidades envolvidas, alunos e freqüentadores, todos se sentem um pouco “pais do projeto”, sujeitos de uma iniciativa onde, a princípio, poderiam ser vistos como objeto.